

O art. 463 do Código de Processo Civil afirma que a sentença extingue o conflito entre as partes. Na prática, isso não acontece.

A sentença limita-se a determinar ao derrotado que pratique ou deixe de praticar algo. Entretanto, se a ordem é desacatada, o juiz nada faz. Queda-se inerte, esperando provocação do vitorioso. O litígio permanece. É que a decisão condenatória vale como simples título executivo. Sua força não ultrapassa a de uma promissória. Vale dizer: se o condenado não pagado vitorioso é obrigado a propor outra ação, quase tão complicada como a primeira. Tudo piora, quando a condenação é ilíquida. Sentença ilíquida vale bem menos do que letra de câmbio sem aceite: enquanto a letra ganha força executiva por efeito de simples protesto, a sentença depende de outro processo autônomo e complicado: o de liquidação.

Como se vê, a regra do art. 463 é meramente retórica. Em verdade, a condenação, longe de ser o termo final do litígio, é o marco inicial de outros. Tão irracional sucessão de processos não ocorre na maioria dos países desenvolvidos, aonde a sentença vai além da condenação. Nesses países, a decisão judicial contém uma ordem, cujo descumprimento afronta a dignidade, da Justiça. No direito norteamericano, desobedecer ordem judicial é cometer o crime denominado *contempt of court* (desacato ao tribunal).

Por isso, a sentença brasileira é profundamente mais fraca do que a decisão dos juízes estadunidenses. Pela mesma razão, nosso Poder Judiciário é fraco, lento e ineficaz. Para avaliar a fragilidade, basta observar que o juiz brasileiro gasta vários anos para produzir um título,

cuja força é igual à de um título de crédito, elaborado com simples assinatura.

Hoje vivemos uma espécie de monoteísmo, cujo deus, onipresente e onipotente, é o mercado, a exigir, fundamentalmente, eficiência. Nessa religião, se salva quem produz muito com pouco trabalho. Aos ineficientes reserva-se o inferno da submissão. O Judiciário brasileiro, vagaroso e tíbio, insere-se entre os fatores pejorativos do "custo Brasil". Funciona como simples reboque atrelado ao Executivo. Vai-se, aos poucos, disseminando a idéia de que a Justiça apenas deve ser eficiente nas pequenas causas.

É preciso que algo se faça, além das recentes e tímidas reformas processuais que a nada levam. Preocupado com tal realidade, elaborei projeto de lei alterando o Código de Processo Civil. Nele proponho, em resumo: a proibição de pedidos e sentenças ilíquidos; a imposição de força mandamental nas sentenças condenatórias e a instituição do delito de lesa-corte. Adotado o projeto, as sentenças condenatórias tornar-se-ia auto-exeqüível. Desapareceria a liquidação (injustificável fonte de chicanas e falcatuas), e, o processo de execução perderia sentido. A regra do art. 463 do CPC passaria a traduzir, verdadeiramente, o fim do litígio e a satisfação do vitorioso. O sucumbente, exposto a duras penas, teria interesse em cumprir a ordem judicial. Recalcitrância deixaria de ser o grande negócio que é hoje. Eis o texto do projeto de lei:

Art. 1º - Dê-se ao art. 286 do Código de Processo Civil a seguinte redação: "O pedido deve ser certo e determinado."

Art. 2º - O parágrafo único do art. 459 do Código de Processo Civil passa a dispor assim: "Parágrafo único: É vedado ao juiz proferir sentença ilíquida."

Art. 3º - O art. 463 passa a vigor com a seguinte redação: Art. 463 - Publicada a sentença de mérito, o juiz só poderá alterá-la, de ofício ou mediante embargos declaratórios, para corrigir inexatidões materiais ou erros de cálculo.

1º - A intimação da sentença condenatória passada em julgado inicia, independentemente de qualquer formalidade, a execução. Se a condenação for para o pagamento de valor pecuniário, a intimação implicará ordem para que o devedor, em vinte e quatro horas pague o valor respectivo, acrescido por juros de mercado, ou apresente bem à penhora.

2º - Descumprida, sem justa causa, a ordem a que se refere o parágrafo 1º, o juiz aplicará multa em valor não excedente a vinte por cento do valor da condenação, sem prejuízo da imposição de pena correspondente ao crime de desobediência e da efetivação da penhora.

3º - Em não dispondo de bens patrimoniais suscetíveis de penhora, o devedor manifestará tal circunstância ao juiz, suspendendo-se o processo, com interrupção da prescrição, que passará a correr em dobro. A falsidade da declaração acarretará multa de trinta por cento sobre o valor da condenação; sem prejuízo da pena correspondente ao crime de falsidade.

4º - Ao suspender o processo, o juiz declarará a insolvência civil do devedor.

5º - Em sendo possível a substituição de bem impenhorável por outro de menor valor, mas capaz de assegurar o interesse protegido pela impenhorabilidade, a penhora será feita, reservando-se, do valor resultante da hasta pública, numerário correspondente à aquisição do novo bem impenhorável.

6º - O funcionário público que descumprir sentença judicial ou dificultar-lhe a execução responderá por perdas e danos, incidindo nas penas cominadas para o crime de desobediência.

7º - Na hipótese do 6º, o juiz poderá suspender do exercício da função o funcionário desobediente, nomeando outro, para que dê cumprimento à sentença.

Art. 4º - O art 584 do Código de Processo Civil passa a dizer Art. 584. São títulos executivos judiciais:

I - a sentença penal condenatória transitada em julgado;

II - a sentença arbitral e a sentença homologatória de transação ou de conciliação;

III - a sentença estrangeira, homologada pelo Supremo Tribunal Federal;

IV - o formal e a certidão de partilha;

1º - Os títulos referidos neste artigo executam-se conforme o rito do art. 463, 1º e seguintes.

2º - Os títulos a que se refere o inciso IV têm força executiva exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título universal ou singular.

O esboço contém simples indicações, lançadas para gerar discussões. Requisita críticas e aperfeiçoamento.

Espero que os doutos não o enxerguem como desprezível e intolerável atentado à ciência processual. Em verdade, nele se traduz a dolorosa Angústia que invade o espírito de um velho operador do Direito, crente na solução pacífica das lides - ideal que pressupõe (perdoem-me o trocadilho) um Poder Judiciário efetivamente eficaz.